

APRESENTAÇÃO

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro, SJRJ, em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, e a Presidência do TRF2, apresenta a 45ª Edição da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, denominada **Direito e Política**. A edição está composta por dez artigos, que trazem importantes debates sobre o Direito e a Política, bem como discussões sobre questões sociais.

Abrimos esse número com a Mensagem dos novos dirigentes do TRF2, biênio 2019/2021, Desembargadores Federais Dr. Reis Friede (Presidente) e Dr. Messod Azulay Neto (Vice-Presidente), bem como do Dr. Osair Victor, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Iniciando os trabalhos científicos, o artigo **As Raízes da Corrupção Brasileira** aborda as origens da corrupção no Brasil, analisando precedentes históricos relacionados ao agigantamento do Estado, bem como outras possibilidades de explicação desta mazela, indo além da tese que a atribui ao fato dos degredados serem enviados para o país no período colonial.

Em **Microexpressões Faciais: Lenda ou Realidade?**, o autor sustenta que o estudo comportamental das expressões faciais é capaz de excluir as mentiras e/ou inverdades ao longo de um interrogatório, depoimento ou demais atos realizados ao longo de uma investigação, concluindo que falta regulamentar a sua atividade no Código de Processo Penal Brasileiro.

O artigo **Os Obstáculos ao Exercício da Jurisdição Constitucional e a Saída Dada pelas Audiências Públicas** analisa a contribuição do neoconstitucionalismo ao exercício do controle de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de duas de suas principais características: a força normativa do texto constitucional e a constitucionalização do direito.

Em **Políticas Públicas de Mobilidade Urbana para Pessoas com Deficiência**, o autor reflete sobre a questão da acessibilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo para pessoas com deficiência.

Em sequência, o artigo **Coletivização do Controle Judicial de Políticas Públicas: Concretização Iguitária e Racional de Direitos Sociais** pretende

demonstrar a necessidade de coletivização do controle judicial das políticas públicas relacionadas a direitos sociais, para viabilizar a aferição da reserva do possível à luz do princípio da igualdade (possibilidade de universalização do direito).

Políticas Públicas: Um Estudo Básico e Conceitual do FIES pretende fazer uma abordagem sobre as políticas públicas educacionais Programa Universidade Para Todos - Prouni e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, que se mostram como mecanismos de democratização do acesso ao ensino superior.

No artigo **Políticas Públicas de Educação em Saúde para a Prevenção de Comorbidades e Doenças Cardiovasculares**, as autoras refletem sobre criação de políticas públicas de educação em saúde, com atendimento escolar específico e devido encaminhamento dos alunos portadores de obesidade às unidades de saúde.

Políticas Públicas no Âmbito do Empreendedorismo Feminino: Perspectivas de Empoderamento aborda, em uma perspectiva de empoderamento feminino, o crescimento do empreendedorismo como um movimento de emancipação feminina em muitos âmbitos, como o social, político e econômico.

Fechando a presente edição, o trabalho **Violência Contra a Mulher: Uma Análise Histórica e Legislativa da Sociedade Brasileira** analisa, de forma breve, a trajetória histórica da violência contra a mulher na legislação penal brasileira.

Desejamos aos nossos autores e leitores uma boa leitura.

Os Editores